



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

# **CADERNO DE PROVA**

## **ARQUIVOLOGIA**

**DATA DA PROVA 15/05/2026**

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

### **PROVA**

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. É a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

**1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à**

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

**2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que**

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

**3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.**

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

**4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:**

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

**5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para**

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

**6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como**

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

**7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por**

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

**8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como**

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

**9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de**

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

**10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:**

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

**11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.**

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

**12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.**

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

**13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime**

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

**14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:**

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

**15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.**

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**16. Cenário:** Ao organizar o Memorial do Ministério Público da Bahia, um estagiário recebe um conjunto de fotografias de posses de Procuradores-Gerais e, simultaneamente, uma coleção de livros jurídicos doada por um servidor aposentado. Com base na diferenciação entre as instituições de memória, assinale a alternativa que descreve corretamente o tratamento desses materiais:

A) As fotografias das posses, por serem produzidas no exercício das funções do órgão e possuírem relação orgânica com as atividades da instituição, compõem o arquivo; já os livros, adquiridos por interesse temático e sem relação funcional direta, pertencem à biblioteca.

B) Tanto as fotografias quanto os livros devem ser integrados ao arquivo, uma vez que ambos os suportes informacionais agora pertencem ao patrimônio do MP-BA e possuem valor histórico.

C) Os livros doados compõem o arquivo permanente, pois documentos de arquivo são definidos exclusivamente pelo seu valor histórico e pela antiguidade de sua produção.

D) As fotografias devem ser encaminhadas ao museu institucional, pois arquivos lidam estritamente com documentos textuais e manuscritos, enquanto imagens são itens de coleção museológica.

E) Documentos de biblioteca são caracterizados pela sua unicidade e proveniência, enquanto documentos de arquivo

são produzidos em múltiplos exemplares para fins de difusão cultural.

**17. Cenário:** Um estagiário do MP-BA observa que diversos inquéritos civis concluídos há mais de cinco anos permanecem nas prateleiras da Promotoria de Justiça, ocupando espaço físico desnecessário, embora ainda possam ser consultados para fins de auditoria ou prova. Segundo a Teoria das Três Idades, esses documentos devem ser:

- A) Recolhidos imediatamente ao arquivo permanente, devido ao seu valor secundário.
- B) Transferidos para o arquivo intermediário, onde aguardarão o prazo de destinação final.
- C) Eliminados prontamente, uma vez que sua fase de tramitação ativa foi encerrada.
- D) Devolvidos ao setor de protocolo para nova distribuição e numeração.
- E) Digitalizados e, em seguida, destruídos fisicamente sem necessidade de tabela de temporalidade.

**18. Cenário:** Ao analisar um pedido fundamentado na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o Ministério Público da Bahia verifica que o documento solicitado contém informações sobre a vida privada de um investigado e, simultaneamente, dados sobre a execução orçamentária de uma reforma predial da instituição. De acordo com a LAI e a gestão de documentos, a conduta correta é:

- A) Negar o acesso total ao documento, pois a presença de dados privados contamina a natureza pública de todo o arquivo.
- B) Fornecer o acesso integral ao documento, visto que o interesse público de um órgão como o MP prevalece sobre qualquer direito à intimidade.
- C) Conceder o acesso parcial, mediante a técnica de ocultação (tarjamento) da parte relativa à vida privada, fornecendo cópia da parte relativa à execução orçamentária.
- D) Exigir que o solicitante comprove interesse jurídico direto ou autorização judicial para acessar qualquer documento do MP-BA.
- E) Declarar o documento como "ultras secreto" por um prazo de 50 anos para proteger a segurança do Estado e da instituição.

**19. Cenário:** O MP-BA utiliza um instrumento técnico que determina os prazos em que os documentos de RH devem permanecer na Promotoria, quando devem ir para o depósito central e se, ao final, serão destruídos ou preservados para sempre. Esse instrumento é denominado:

- A) Plano de Classificação de Assuntos.
- B) Sistema Informatizado de Gestão Arquivística.
- C) Código de Classificação de Documentos de Arquivo.

**D)** Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD).

**E)** Inventário Topográfico de Fundos Documentais.

**20. Suponha** que a estrutura administrativa do Ministério Público da Bahia sofra uma reforma e uma Promotoria Regional de Meio Ambiente seja extinta, tendo suas competências transferidas para um novo Centro de Apoio Operacional. Ao transferir os documentos, o estagiário deve garantir que a relação hierárquica e funcional entre os documentos criados pela unidade extinta seja preservada, sem misturá-los com outros fundos. Esse procedimento respeita os princípios da:

- A) Unicidade e Reversibilidade.
- B) Territorialidade e Respeito aos Fundos.
- C) Autenticidade e Disponibilidade.
- D) Pertinência Territorial e Funcionalidade.
- E) Proveniência e Organicidade.

**21. Cenário:** Um estagiário de Arquivologia no MP-BA é questionado sobre a validade jurídica de um documento digitalizado. Segundo o Decreto nº 10.278/2020 e as noções de tecnologia aplicada, para que um documento digitalizado por um órgão público tenha o mesmo valor jurídico do original, ele deve, obrigatoriamente:

- A) Ser assinado com certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- B) Estar salvo exclusivamente em formato de imagem (.jpg) e armazenado em pen drive institucional.
- C) Ser autenticado por uma biblioteca pública estadual antes de sua inserção no sistema.
- D) Ser impresso novamente em papel timbrado para que a assinatura digital tenha validade.
- E) Ter todos os seus dados pessoais sensíveis removidos antes do processo de digitalização.

**22. Cenário:** A sede do Ministério Público em Salvador possui promotorias espalhadas por diversas cidades (Comarcas). Ao organizar os prontuários de pessoal, o estagiário decide arquivá-los primeiramente pelo nome da cidade (Ex: Alagoinhas, Barreiras, Caetité) e, dentro de cada cidade, pelo nome do servidor em ordem alfabética. Esse método de arquivamento é classificado como:

- A) Numérico simples, pois utiliza a codificação das cidades.
- B) Geográfico, dentro do sistema direto de busca.
- C) Alfabético, pois a ordem das letras é o único critério considerado.
- D) Variadex, devido à necessidade de cores para identificar as cidades.
- E) Ideográfico por assunto, pois a cidade é o tema do documento.

23. O Ministério Público da Bahia produz documentos que, após cumprirem todas as suas finalidades administrativas e prazos legais de precaução, são identificados como portadores de valor histórico para a memória do sistema de justiça baiano. Esses documentos são destinados ao:

- A) Arquivo setorial de uso frequente.
- B) Arquivo morto de custódia temporária.
- C) Arquivo Permanente, tornando-se inalienáveis e imprescritíveis.
- D) Sistema de microfilmagem para descarte do papel original.
- E) Repositório Digital de Acesso Aberto para edição pública.

24. Cenário: Uma empresa privada de tecnologia contratada pelo MP-BA para gerenciar o tráfego de dados entra em falência. Descobre-se que ela possuía documentos originais da instituição em sua posse. Segundo a Lei nº 8.159/1991, sobre os arquivos privados de interesse público e a proteção do Estado, assinale a alternativa correta:

- A) Os documentos de um órgão público em posse de empresa privada perdem sua natureza pública após 5 anos de terceirização.
- B) A empresa tem o direito de leiloar os documentos para pagar suas dívidas trabalhistas, por serem ativos da massa falida.
- C) O Ministério Público não tem poder de intervenção em documentos que estejam fisicamente dentro de uma propriedade privada.
- D) A cessação das atividades de instituições públicas ou de caráter público implica no recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública competente.
- E) Documentos de empresas privadas que prestam serviços ao MP-BA são considerados sempre arquivos de museu.

25. Ao tratar um documento que é o único exemplar de uma denúncia histórica de 1950, o estagiário deve garantir que esse documento seja preservado em sua forma original para atestar sua veracidade. Este conceito de que cada documento de arquivo é ímpar no conjunto em que foi produzido denomina-se:

- A) Cumulatividade.
- B) Imparcialidade.
- C) Proveniência.
- D) Verossimilhança.
- E) Unicidade.

26. Uma Promotoria de Justiça Criminal do MP-BA lida com inquéritos que contêm dados sobre a saúde e a vida sexual de vítimas de violência. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da gestão de documentos, esses dados são classificados como:

- A) Dados pessoais sensíveis, cujo tratamento exige cautela redobrada e o acesso é restrito para proteção da intimidade.
- B) Informações de transparência ativa, devendo ser publicadas no site do MP-BA para fins de controle social.
- C) Dados de domínio público, visto que inquéritos criminais não admitem sigilo em nenhuma hipótese.
- D) Documentos bibliográficos de livre consulta, por tratarem de temas de interesse da psicologia forense.
- E) Informações de livre descarte, pois a LGPD obriga a destruição de dados sensíveis após 24 horas da leitura.

27. No cotidiano da gestão documental no MP-BA, o setor de Protocolo desempenha funções essenciais para o fluxo de informações. Assinale a alternativa que apresenta atividades exclusivas dessa fase:

- A) Avaliação de valor secundário e restauração química de pergaminhos.
- B) Recebimento, registro, autuação, classificação e distribuição de documentos.
- C) Elaboração de editais de eliminação e transferência para o arquivo permanente.
- D) Higienização de massas documentais acumuladas e descrição de inventários históricos.
- E) Treinamento de usuários externos para consulta em bases de dados de arquivos privados.

28. Para organizar as diversas áreas de atuação do Ministério Público (Criminal, Cível, Eleitoral), o estagiário utiliza um instrumento que divide as atividades do órgão em classes, subclasses e grupos. Esse instrumento é o:

- A) Inventário de Fundos.
- B) Catálogo Alfabético de Autores.
- C) Plano de Classificação de Documentos.
- D) Registro de Protocolo de Saída.
- E) Guia de Preservação Digital.

29. Considerando as diretrizes do e-ARQ Brasil para sistemas de gestão eletrônica de documentos (SIGAD) no MP-BA, um requisito fundamental para que o sistema seja considerado arquivístico é:

- A) Permitir que qualquer usuário altere o conteúdo dos documentos sem deixar registros de auditoria.
- B) Armazenar os documentos apenas no formato proprietário da empresa que desenvolveu o software.
- C) Exigir que todos os documentos sejam impressos antes de serem salvos no banco de dados.
- D) Garantir a manutenção do vínculo arquivístico e a preservação de metadados durante todo o ciclo vital.
- E) Impedir a classificação dos documentos para facilitar a busca por palavras-chave aleatórias.

---

**30.** As condições climáticas da Bahia, marcadas por alta umidade relativa do ar e temperaturas elevadas, representam riscos constantes aos arquivos em papel do MP-BA. Para garantir a preservação preventiva, a medida técnica mais adequada no controle ambiental é:

**A)** Manter os documentos em caixas plásticas hermeticamente fechadas para impedir a respiração do papel.

**B)** Utilizar iluminação solar direta sobre as estantes para eliminar bactérias por radiação UV.

**C)** Aplicar inseticidas aerossóis diretamente sobre as folhas dos processos para matar traças.

**D)** Promover o armazenamento em subsolos sem ventilação para evitar a entrada de poeira externa.

**E)** Controlar a ventilação, mantendo a estabilidade térmica e níveis de umidade entre 45% e 55%.

---

